

Relatório Final do GTT-PNMC – Resolução CIM nº 2/2023

INTRODUÇÃO:

Este documento descreve os trabalhos do Grupo Técnico Temporário - GTT criado por meio da Resolução CIM nº 2, de 14 de setembro de 2023, para elaborar proposta de revisão da lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – por delegação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, reestruturado pelo Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023 (GTT-PNMC).

De acordo com o artigo 3º da Resolução CIM nº 2/2023, que criou o GTT-PNMC, o prazo de funcionamento do GTT será de 210 dias corridos, contados a partir da data da primeira reunião, que ocorreu dia 23 de novembro de 2023. O Grupo finalizou os trabalhos dia 12 de junho de 2023, antes do vencimento do prazo estipulado pelo CIM.

O objetivo dos trabalhos do GTT-PNMC foi revisar a norma visando modernizar a PNMC e adequá-la ao novo contexto estabelecido pelos compromissos realizados no âmbito do Acordo de Paris e pela necessária reorganização da governança e das políticas públicas afetas ao enfrentamento da emergência climática e à promoção da descarbonização da economia brasileira.

Conforme definido no âmbito do Decreto nº 11.550, a estrutura da nova lei da PNMC deverá prever, minimamente, os conceitos, definições, princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos da PNMC bem como dispor sobre os compromissos de mitigação e de adaptação do país, incluindo os relativos a sucessivas contribuições nacionalmente determinadas do país no âmbito o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A revisão da PNMC também deverá contemplar, dentre outras medidas: a) os planos setoriais de mitigação e de adaptação à mudança do clima; b) os instrumentos institucionais; c) o fomento a uma economia nacional de baixa emissão de gases do efeito estufa e adaptada à mudança do clima; e d) a promoção de maior articulação entre a governança da PNMC e das políticas sobre mudança do clima dos entes subnacionais.

RELATÓRIO DAS REUNIÕES:

Foram realizadas 15 reuniões do GTT-PNMC, totalizando 38 horas de trabalho, conforme calendário abaixo:

Reunião	Data	Local	Pauta
1ª Reunião	23/11/2023	Sala 407, Palácio do Planalto (híbrida)	Abertura dos trabalhos e apresentação dos membros; informações gerais e nivelamento sobre o GTT PNMC; aprovação do Plano de Trabalho deste GTT (2h)

2ª Reunião	15/12/2023	Sala de Situação, MMA (híbrida)	Conhecimento da estrutura atual da PNMC e conteúdo; apresentação de benchmarking internacional sobre as melhores práticas em leis climáticas; brainstorming: o que uma política climática deve conter? (2h)
3ª Reunião	17/1/2024	Sala de Situação, MMA (híbrida)	Brainstorming: objetivos da PNMC, conceitos, definições, princípios e diretrizes de uma política climática (2h)
4ª Reunião	31/1/2024	Sala de Situação, MMA (híbrida)	Brainstorming: instrumentos de implementação, governança e monitoramento (2h)
5ª Reunião	23/2/2024	Sala de Situação, MMA (híbrida)	Brainstorming: instrumentos de implementação, governança e monitoramento (continuação); proposta de alteração do Plano de Trabalho; auditoria do TCU (2h)
6ª Reunião	6 /3/2024	Sala de Situação, MMA (híbrida)	Brainstorming: instrumentos de implementação, governança e monitoramento (continuação) (2h)
7ª Reunião	20/3/2024	Sala de Situação, MMA	Apresentação da proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (2h)
8ª Reunião	3/4/2024	Sala 735, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
9ª Reunião	17/4/2024	Sala 824, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
10ª Reunião	24/4/2024	Sala 824, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
11ª Reunião	3/5/2024	Sala 735, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
12ª Reunião	8/5/2024	Sala de Situação, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
13ª Reunião	15/5/2024	Sala de Situação, MMA	Continuação da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
14ª Reunião	22/6/2024	Sala de Situação, MMA	Finalização da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)

15ª Reunião	12/6/2024	Sala 735, MMA	Finalização da discussão sobre a proposta do anteprojeto de lei da nova PNMC (3h)
-------------	-----------	---------------	---

Paralelamente, foram realizadas quatro reuniões com órgãos específicos para o alinhamento dos dissensos apontados durante as reuniões do GTT-PNMC, conforme apresentado abaixo:

Instituições	Data	Local
MMA, MME e MTR	4/6/2024	Sala 800, MMA
MMA, CC, MPO e MF	6/6/2024	Sala 800, MMA
MMA, MME e MTR	11/6/2024	Reunião on-line
MMA, CC e FBMC	11/6/2024	Reunião on-line

As reuniões contaram com a presença dos membros titulares e suplentes, indicados pelos ministérios que compõem o CIM por meio da Portaria SMC/MMA nº 843, de 16 de novembro de 2023, além de convidados do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), da Rede Clima e de alguns técnicos indicados pelos órgãos que compõem o CIM. Ao longo dos trabalhos, houve a indicação de alterações dos representantes do GTT, conforme registros no Processo SEI MMA nº 02000.016256/2023-69.

As reuniões foram presididas pelos representantes da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA e da Casa Civil. Os encontros foram realizados de forma híbrida durante as primeiras seis reuniões, a partir da 7ª reunião do GTT-PNMC, os encontros foram exclusivamente presenciais.

Cabe destacar que foi realizada a contratação de consultoria específica por meio do “Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC)”, em parceria com a GIZ, para o mapeamento e análise das iniciativas legislativas em curso no Congresso Nacional relacionadas direta ou indiretamente à PNMC, além dos resultados produzidos pelo Grupo Técnico Temporário instituído no âmbito do antigo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde. A contratação também envolveu o estudo de benchmarking internacional com as melhores práticas em leis climáticas e considerou os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Índia, México, Nigéria, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Tuvalu.

No início dos trabalhos do GTT-PNMC, foi realizada uma contextualização geral, incluindo o histórico de decisões do CIM sobre o tema e os Projetos de Lei para alterar a PNMC atualmente em tramitação no Congresso Nacional, com destaque para o PL 6530/2019 na Câmara (iniciado e aprovado pelo Senado) e o PL 2118/2023 no Senado (proveniente do PL 3280/2015, iniciado e aprovado pela Câmara).

A partir da 2ª reunião do GTT-PNMC até o 6º encontro, foram compartilhadas experiências de benchmarks de políticas climáticas internacionais, com a discussão de possíveis aplicações para a revisão da PNMC brasileira. Os participantes das reuniões apresentaram suas visões sobre os conteúdos a serem considerados na elaboração do anteprojeto de lei. O debate foi conduzido a partir dos seguintes tópicos:

- Objetivos, conceitos, princípios e diretrizes;
- Instrumentos de implementação:
 - Instrumentos de planejamento;
 - Planos setoriais;
 - Instrumentos econômicos e financeiros;
 - Instrumentos de transparência e monitoramento;
 - Instrumento de P&D, inovação, construção de capacidades, e outros;
- Governança;
- Monitoramento; e
- Metas e procedimentos relacionados à NDC.

O processo de revisão da PNMC buscou aprimorar a lei com novos conceitos, princípios, objetivos e instrumentos para enfrentar a mudança do clima no Brasil e alinhar o país aos compromissos internacionais assumidos, a exemplo do Acordo de Paris, assinado em 2015 e que reúne 195 países em torno do objetivo principal de limitar o aquecimento médio do planeta a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Em sua 15ª e última reunião, o GTT aprovou uma proposta com inovações em relação à lei em vigência. Um de seus objetivos é a transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050, alcançando o chamado net-zero, que implica um equilíbrio entre as emissões e as remoções desses gases da atmosfera. A adaptação segue entre os objetivos, mas sob uma abordagem mais ampla, que considera o fortalecimento da resiliência e a redução da vulnerabilidade à mudança do clima, por meio da gestão de riscos e impactos de forma sistêmica.

O texto também coloca como meta essencial a promoção da resiliência climática no país. O conceito se refere à capacidade dos sistemas sociais, econômicos e ambientais de lidar com um evento extremo, por exemplo, sem perder sua função, identidade e estruturas essenciais. Traz, ainda, conceitos mais atuais que não figuram na PNMC vigente, como justiça climática, financiamento climático e transição justa.

A versão final do anteprojeto de lei da PNMC aprovada pelo GTT-PNMC, apresentada no anexo I, trouxe somente dois pontos de destaque, conforme detalhado abaixo:

- 1) Os incisos XII e XII do artigo 9º foram votados com o seguinte resultado:
 - a. Favoráveis: MMA, CC, MAPA, MCID, MCTI, MDIC, MIDR, MME, MPO, MT, MS e SG;
 - b. Contrários: AGU; em defesa da manutenção da referência à análise de impacto climático no licenciamento ambiental.
 - c. Ausentes: MDA, MF, MIR, MPI, MRE e MTE.

2) AGU pediu para registrar sua discordância com o inciso XI do artigo 10 devido à vinculação de impostos proibida pelo art. 167 da Constituição Federal de 1988. Tendo em vista a conclusão dos trabalhos do GTT-PNMC, encaminha-se este relato e a minuta de anteprojeto de lei da PNMC para ciência do CIM e posterior envio para a Casa Civil tomar as providências cabíveis relativas à possível consulta pública.

É o relato dos coordenadores do GTT.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.